



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

AS SOCIEDADES DE CONTROLE COMO MECANISMO DE CONFORMAÇÃO SOCIAL CONTRA O DELINQUENTE: CAMINHOS DE REFLEXÃO PARA A CIDADANIA E CULTURA DAS MINORIAS²

Cláudia Rodrigues Castro

Trabalho apresentado ao INTERCOM sob o tema “Comunicação e Cidadania”, encaminhado à Coordenadora do Núcleo “Comunicação e Cultura das Minorias”, Prof^a Dr^a Raquel Paiva.

Um estudo sobre os mecanismos de controle social contra os delinquentes. A espetacularização da notícia e os recursos da repetição como instrumentos da **sociedade de controle**, conforme preconiza **Gilles Deleuze**. Reflexões sobre situações noticiosas de crimes que demonstram: a mídia conforma o sujeito para enxergar o criminoso como um risco. Na atualidade, vivemos sob a realidade *do risco versus normas de controle* e assim a sociedade rejeita o delituoso. Pior: vitimizada, a população enxerga o delito como um mal social inevitável para exemplificação e catarse. Caminhos de resistência para os grupos minoritários e totalmente adequados quando se fala em comunicação para a cidadania, os estudos de Foucault sobre a **Microfísica do Poder** servem para repensarmos em alternativas de divulgação nos canais de comunicação dirigida e especializada nas mídias populares e comunitárias.

² Trabalho apresentado no NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

PALAVRAS-CHAVE: “CONFORMAÇÃO DE CULTURA”,
“ESPETACULARIZAÇÃO DA NOTÍCIA” E “SOCIEDADE DE CONTROLE”

**Universidade Presidente Antônio Carlos-
Barbacena- MG**

*“Os maiores acontecimentos e
pensamentos são os que
mais tardiamente compreendemos”*

“Mesmo em meio às mais raras vivências, fazemos ainda o mesmo: inventamos a maior parte da vivência e dificilmente somos coagidos a não contemplar como inventores algum evento. Isto tudo quer dizer: estamos, desde o fundamento, desde antiguidades, habituados a mentir. Ou, para exprimi-lo de modo mais virtuoso e hipócrita, em suma, mais agradável: somos mais artistas do que sabemos”³

FRIEDRICH WILHELM NIETZSCHE



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Introdução

O trabalho acadêmico que desenvolvemos tem por finalidade repensar o mecanismo de controle social dos veículos de difusão coletiva e sua relação com a espetacularização da notícia. Tem por objetivo específico fornecer subsídios para que possamos refletir como a mídia divulga a imagem do delinqüente.

Estamos diante do desafio de repensar a importância da comunicação na “sociedade de controle”⁴. Neste sentido, usamos como referência as obras de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Muniz Sodré e Christian Metz.

Não temos a pretensão de esgotar assunto tão vasto neste trabalho acadêmico. Foi assim que nasceu o desejo de conhecer melhor os autores que avaliam a sociedade de controle e este será o norte da nossa pesquisa.

É claro que o tempo não nos tornou possível ver tudo o que queríamos. Detivemo-nos no mais essencial, embora acreditemos ter fornecido bons subsídios para aqueles que buscam explicações neste campo.

Nosso empenho se deu neste sentido: pesquisar as abordagens mais substantivas apresentadas sobre o assunto e a sua identificação com a exploração da delinqüência nos veículos de difusão coletiva.

Em princípio, discutiremos a maneira como a sociedade de controle usa a mídia para construir a sua realidade. A partir daí, estudaremos como esta existe para conformar as aspirações de

³ Em “O Pensamento Vivo de Nietzsche”. São Paulo, Martin Claret Editores, 1985

⁴ Conforme preconiza Gilles Deleuze



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

transformação da sociedade. Neste ponto, estaremos abordando a abrangência com que focaliza temas ocasionais e sua influência sobre a nossa noção de temporalidade.

São muito vastas as esferas do social oprimido, explorado, consentido, conformado. E são estas algumas das questões que nos propomos a explorar neste modesto estudo. É por termos a consciência de que estas produções de sentido atendem a interesses histórica e socialmente construídos que nos interessamos por esta discussão.

Nosso interesse maior é a busca de respostas sobre os problemas centrais que permeiam a divulgação das dificuldades enfrentadas pelas camadas “excluídas” da população. Desenvolvemos cada dia mais uma consciência crítica sobre a responsabilidade social de nossa profissão e queremos que o jornalismo se torne uma prática democrática pelo menos nos canais alternativos, o que hoje ainda não é uma realidade nem para os sindicatos de trabalhadores.

Sonhamos desenvolver um jornalismo de serviço para as comunidades excluídas, queremos promover um trabalho que ilumine e liberte ao menos uma pequena parcela da população, o que já desenvolvemos na atividade didático-acadêmica.

Em resumo: refletir, refletir, refletir com consciência! É esse o nosso propósito com relação ao estudo apresentado.

A Cultura das minorias não é considerada

É novidade que a turbulência social amplia-se cada vez mais no Brasil? Algum de nós pode desconsiderar que a cultura das minorias é instrumento de articulação social? Seria esta a maneira de promover a interlocução dos excluídos com diversos públicos? Qual é o processo de significação da notícia na sociedade de controle? As mazelas sociais podem ser atribuídas também à indiferença da mídia em relação a estas questões?

Nenhuma destas perguntas teria sentido se não fosse originada pelo interesse social que permeia nosso estudo. Neste, analisamos como a sociedade de controle utiliza a imprensa, transformando-a em suporte de exclusão das minorias. Vejamos como Gilles Deleuze já considerava



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

esta questão em entrevista concedida há duas décadas. “Estão nos fabricando um espaço literário, bem como um espaço judiciário, econômico, político, completamente reacionários, pré-fabricados e massacrantes. Creio que está em andamento uma operação sistemática, que o *Jornal Libération* deveria analisar. A mídia desempenha nisso um papel essencial, mas não exclusivo”.⁵

Conforme ocorrem as transformações sociais, acontece uma “inflação de mensagens”. O modelo atual de repetição da notícia estabelece as situações de norma e risco, criando modelos para serem codificados na forma de direitos e deveres. Normatiza um sistema de sanções para conter os abusos que se baseiam nas tensões entre “identidade/desejo” e “prazer/risco futuro”.

Em relação às novas tecnologias de comunicação, as interpretamos como mais excludentes ainda. Na atual experiência do tempo, o uso dos meios de comunicação de massa extrapolam os limites da simples reprodução dos fatos, passando a interpretar os acontecimentos antes de divulgá-los. A cientifização da vida está interferindo na privacidade do cidadão. Hoje não precisamos mais ler o jornal para receber as notícias que são do nosso interesse particular.

Mesmo de maneira precária, as parcelas de melhor poder aquisitivo recebem estas informações atualizadas pela Internet, em suas residências, diariamente. Para isto, basta cadastrar-se e fornecer dados pessoais, renunciando à própria privacidade sobre gostos e preferências. E o lamentável: hoje vivemos na era das intrigas e escândalos, que são a principal matéria-prima dos meios de comunicação. Assim, os grupos “privilegiados” são influenciados por esta tendência de demonstrar os riscos de convivência com as camadas menos “favorecidas” da população.

Estas invasões de privacidade podem ser sentidas se nos remetermos à coleta, gestão e distribuição de registros pessoais nos órgãos públicos e privados. É com bastante facilidade que empresas do mercado publicitário têm acesso a estes dados. Pensemos também no caso da quebra de sigilo bancário das personalidades envolvidas em escândalos públicos. “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”⁶

⁵ DELLEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, 1992, p.39 – *Entrevista concedida ao Jornal Libération, em 23 de outubro de 1980*

⁶ DELLEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, 1992, p.216- “Controle e Devir”, Capítulo V



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

De acordo com esta lógica, ninguém pode ser impedido de agir em conformidade com seus princípios, desde que conheça e assuma os riscos futuros. O sentido se dá pela estimulação dos processos psíquicos de associação, recordação, atenção e controle. A imprensa hoje não se restringe a informar. As matérias publicadas orientam pedagogicamente para as tensões que citamos há pouco, inclusive opinando e criticando as atitudes do indivíduo.

Esta cultura é transitória e limita o ser. Com a sujeição aos processos dinâmicos de veiculação dos fatos, a sociedade se torna vítima diante da manipulação das ocorrências. Os “medium” preparam o espírito público para aceitar pacificamente os pontos de vista dos grupos hegemônicos. E se a disciplina se dá pelo controle através da lei, a ilegalidade passa a ter aspecto de ruptura por direito. A ruptura com os padrões estabelecidos se dá mais pela indisciplina que pela infração.

Também sofremos invasão de nossa privacidade quando recebemos excesso de informações sobre crimes. Como preconiza Cristian Metz: sabemos perfeitamente que estas imagens não são figurativas⁶. A informação interpretativa, assim apresentada, faz de cada homem um participante no drama divulgado. De qualquer forma, o que questionamos aqui é a maneira como a sociedade é afetada por tais males.

Nesta conformação da cultura pelos veículos de difusão coletiva, são praticados excessos no exercício regular da divulgação que se constituem outra problemática a ser estudada neste trabalho acadêmico. Tratamento conformador semelhante já era aplicado no Século XXVIII. Evoluíram os mecanismos tecnológicos, mas a máquina ideológica permanece a mesma.

Já anunciava Foucault:

“a isso se acrescenta um longo trabalho para impor à percepção que se tinha dos delinquentes contornos bem determinados: apresentá-los como bem próximos, presentes em toda parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto de controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia-a-dia uma

⁶ METZ, CHRISTIAN. *A Análise das Imagens*. Petrópolis, 1973, p.7



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória”.⁷

Com esta mediação generalizada, hoje vivemos o fim da ambição de verdade. Levada ao extremo, a estereotipagem resulta na cultura simulacional. “Hoje tomamos a aparência por realidade”.⁸ O campo aberto à simulação impede o contraste com o real tão intensamente que, se alguém for atingido em sua imagem pública, voluntária ou involuntariamente, dificilmente terá sua situação revista após a conscientização do receptor da mensagem distorcida.

A simulação existe para conformar a opinião pública. Neste caso, as entidades passam a definir a “vitimização política” do cidadão, formando previamente a sua opinião sobre as decisões governamentais.

“Essa tática múltipla não ficou sem efeito: provam-no as campanhas dos jornais populares contra o trabalho penal, contra o ‘conforto das prisões’, para que sejam reservados aos detentos os trabalhos mais duros e mais perigosos, contra o excesso de interesse que a filantropia dedica aos delinqüentes, contra a literatura que exalta o crime; prova-o também a desconfiança experimentada em geral em todo o movimento operário em relação aos antigos condenados de direito comum”.⁹

Deste modo, nosso segundo dilema é analisar por que, com base neste argumento perfeitamente válido da cultura simulacional, todos nós somos hoje atingidos pelas perdas causadas por delitos. É neste sentido que, sob a forma de mal-estar ou indiferença, a prevalência do crime noticiado nos faz vítimas dele.

A extensão desta vitimização se dá porque, como espectadores, somos afetados na narrativa de um crime cometido e reapresentado. A espetacularização das cenas de violência na mídia faz-nos reabsorver a dor. Faz-nos esperar a sensação de alívio diante da nossa própria salvação por estarmos

⁷ FOUCAULT, MICHEL.. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 1987, p.251

⁸ METZ, CHRISTIAN. **A Análise das Imagens**. Petrópolis, 1973, p. 7-18

⁹ FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 1987, p.252



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

livres de situações tão deploráveis em nosso meio social. Ao paralisar a duração do fato, imobiliza a experiência e alimenta a eternidade do acontecimento.

Exemplificando: em uma rebelião, encarcerados amotinados se aglutinam no telhado da Casa de Detenção em São Paulo. De repente, lançam um detento ao chão. As equipes de reportagem reapresentam o fato aos seus espectadores/leitores/ouvintes. Ao tomarmos conhecimento do ocorrido, temos a impressão de simultaneidade e reforça-se em nós a experiência do real. Ficamos horrorizados com a cena presenciada. Para nós, o desvio está no absurdo da causa. O quanto vale uma vida para pessoas totalmente privadas de liberdade e convivência social?

Estamos, como receptores, subordinados ao elemento conciliador/conformador dos veículos de difusão coletiva. Recolhidos à impossibilidade de acompanhar os fatos ativamente, ficamos dependentes da reprodução divulgada na mídia. E não podemos nos esquecer que todos nós somos condenados ao ressentimento.

Em uma sociedade que se baseia na ideologia do bem-estar, o pólo positivo grupal é constituído pelos valores da saúde, juventude, poder econômico e outros sistemas de segregação impostos pela classe dominante. O criminoso, na categoria do risco, é visto como um mal necessário. Representa um custo que beneficia a sociedade capitalista.

Ele é o bode expiatório usado para transferir a culpa sobre uma “categoria” específica da humanidade. “Mas esta criminalidade de necessidade ou de repressão mascara com o brilho que lhe é dado e a desconsideração de que é cercada, outra criminalidade que é às vezes causa dela, e sempre a amplificação. É a delinqüência de cima, exemplo escandaloso, fonte de miséria e princípio de revolta para os pobres”.¹⁰

O criminoso resulta-se em um mal necessário porque exemplifica, por contraposição, que expor-se a situações de risco opondo-se às normas de controle gera dificuldades e perdas para quem não possui poder aquisitivo. A própria divulgação da impunidade conivente com as camadas hegemônicas do poder reforça os mecanismos de exclusão. “Ora, essa delinqüência própria à

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, 1987, p. 252



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

riqueza é tolerada pelas leis, e quando lhe acontece cair em seus domínios, ela está segura da indulgência dos tribunais e discrição da imprensa”.¹¹

Como forma de controle, não se pensa mais no delito como um fato humano abominável, mas sim produto de desajuste às normas estabelecidas. Já se admite que é produto da desigualdade social – ou pela degradação de sua personalidade mediante dificuldades enfrentadas, ou pela dependência a certas ambições sócio-econômicas. “Os jornais populares propõem muitas vezes uma análise política da criminalidade que se opõe termo por termo à descrição familiar dos filantropos (pobreza- dissipação- preguiça- bebedeira- vício- roubo- crime). O ponto de origem da delinqüência é por eles determinado não no indivíduo criminoso (este é apenas a ocasião ou a primeira vítima) mas na sociedade”.¹²

Desta forma, os veículos de difusão coletiva trabalham pela seleção e estigmatização das categorias “negativas” existentes na vida social. Bárbaros assassinatos e enfrentamentos entre quadrilhas que controlam o tráfego de drogas no eixo Rio-São Paulo são tratados pela imprensa de forma habitual: cobertura maciça durante o fato e posterior esquecimento. O pior: inexistente, absolutamente, matéria investigativa de caráter preventivo.

Aceitar os sofrimentos como inevitáveis só serve para manter a estabilidade social. Na reflexão que fazemos para este estudo acadêmico, entendemos que a imprensa tem trabalhado para moldar os pensamentos da sociedade contra os delinqüentes, ao mesmo tempo em que apresenta o problema da marginalidade como um mal social inevitável. “A notícia concilia, portanto, a repetitividade do cotidiano com a imprevisibilidade da mudança, típica das relações sociais modernas”¹³

Recentemente a imprensa publicava com destaque matérias sobre o sofrimento de reféns no cativeiro. Referiam-se os textos a pessoas de todas as classes sociais que haviam sido seqüestradas nos grandes centros urbanos. É prática comum apresentar-se entrevista com fontes especializadas em

¹¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, 1987, p. 253

¹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, 1987, p. 252

¹³ SODRÉ, MUNIZ., **Reinventando a Cultura**, Petrópolis, 1996, p. 137



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

psicologia ou integrantes de organizações de apoio a vítimas de seqüestro, que discorrem quase sempre sobre as prováveis seqüelas e suas irreversibilidades.

Este estudo nos remete a uma reflexão oportuna sobre o comportamento da imprensa. Em especial se considerarmos que entre os receptores das notícias estavam pais, filhos, irmãos e parentes das vítimas. Lidamos com o risco iminente de a informação colocar vidas humanas em perigo. Ou provocar desequilíbrio emocional sério na família e em pessoas próximas. Então, as notícias quase sempre vitimizam criminosos e seqüestrados.

Os jornais cobrem diariamente – e com destaque- fatos desta natureza. Ocorre uma pressão enorme nos órgãos repressores aos crimes e nos parentes das vítimas. Na ânsia de dar o furo, erros e abusos são cometidos. O noticiário fica confuso, contraditório, dando voz a versões fantasiosas de negociações que no dia seguinte são ignoradas ou simplesmente desmentidas.

As notícias sobre seqüestros apresentavam dados alarmantes para as famílias: sofrimento no cativeiro, dificuldades no processo de negociação e violência dos criminosos. Não existe qualquer preocupação em preservar o clima emocional das famílias dos seqüestrados. A repercussão na mídia contribui para tornar mais duradoura a instabilidade emocional dos familiares, vitimizando-os. No momento em que os seqüestrados são libertados, recebemos da imprensa a busca do drama, da lágrima e da tragédia.

Este é um ponto essencial a ser discutido. Até onde podem ser consideradas informações de interesse público matérias que exploram o sofrimento alheio? “A notícia gera um tipo de unidade narrativa que, segundo se presume, tranqüiliza a consciência do indivíduo inseguro em face da dispersão humana na grande cidade, da vicissitude dos acontecimentos, da condição precária da identidade do espaço urbano, do desconhecimento das causas, da incidência trágica do acaso”¹⁴

Nesse questionamento dos limites que devem ser estabelecidos em torno do tema,

“é característica a tática do que poderíamos chamar ‘contranoticiário policial’. Para os jornais populares, o importante era transformar o uso que se dava aos crimes ou aos processos nos jornais que alimentam de sangue, se alimentam de prisão e fazem representar todo dia um repertório de melodrama. O contranoticiário policial destaca sistematicamente os

¹⁴ SODRÉ, MUNIZ., **Reinventando a Cultura**, Petrópolis, 1996, p. 133.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

fatos de delinqüência da burguesia, mostrando que ela é a classe submetida à degenerescência física, à podridão moral; substitui os relatos de crimes cometidos por gente do povo pela descrição da miséria em que caem os que exploram e que, no sentido estrito, os deixam com fome e os assassinam; mostra nos processos criminais contra operários a parte de responsabilidade que deve ser atribuída aos empregadores e à sociedade inteira. Enfim, empenha-se todo esforço para transformar este discurso monótono sobre o crime, procurando ao mesmo tempo isolá-lo como uma monstruosidade e fazendo cair todo o seu escândalo sobre a classe mais pobre”.¹⁵

Nesse sentido, é preciso evitar, com todas as forças, o julgamento pela mídia. O exercício da ação é direito do indivíduo, dever e privilégio exclusivo do Estado, que, dentro das regras e garantias do processo, deve permitir a materialização de pretensões justas e o conveniente exercício da cidadania.

Oportunamente, cabe comentar que esta parece ser uma característica de nossa sociedade: o escândalo do momento. Há que haver um grave acontecimento num determinado setor para que se lembre de sua existência e importância. Somente assim o controle aparece e as irregularidades são apuradas. Não se pode, por esta razão, relegar outros casos de relevância ao esquecimento. Não existe fato novo a ser divulgado. Existe, sim, acontecimento de interesse geral que deva se tornar público.

Vivemos atualmente um conformismo consentido. “Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder”.¹⁶

Vivemos em um mundo que faz a vida das pessoas ser determinada pelos fatos noticiosos divulgados. “Como qualquer história, a notícia produz a unidade dos microaspectos que compõem um fato ou acontecimento, administrando sua multiplicidade, assim como suas repercussões sociais”¹⁷.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, 1987, p. 253

¹⁶ FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro, 1979, p.180

¹⁷ SODRÉ, MUNIZ., **Reinventando a Cultura**, Petrópolis, 1996, p.133



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Conclusão

Cada vez que exploramos algum tema específico em comunicação, temos a certeza de que este é um campo muito vasto e ainda com muitos problemas a serem pesquisados. Quanto mais refletimos, mais percebemos como somos escravizados por seus modelos construídos, estrategicamente modelados em manuais de redação e códigos comportamentais da profissão.

Após a reflexão deste estudo, podemos dizer com convicção que vivemos no mundo dos simulacros. Não é exagero reforçar que a comunicação mediatizada constrói a realidade. Quanto mais nos isolamos do convívio grupal, mais exploramos a tecnologia informacional para termos conhecimento dos fatos ocorridos.

Sob este ponto de vista, aquilo que não é noticiado também passa a não ter repercussão social. Um exemplo claro de que a mídia determina a estratificação social e também legitima determinados grupos. O silêncio da mídia sobre a situação dos delinquentes vem carregado de significação, o que não podemos aprofundar nesta explanação.

Em uma sociedade como a nossa, as tecnologias de representação são mecanismos que mediam e estabilizam as relações sociais. E a prática conformadora dos meios de comunicação está nos fazendo crer, o tempo todo, que a alternativa apontada como solução -o que é válido para qualquer decisão governamental, nos dias atuais- é a única válida e possível.

De acordo com esta lógica, estamos também recebendo -sem contestar- a condenação e estigmatização das ações do delincente como práticas repugnantes, condenáveis, a serem exterminadas, vistas paradoxalmente como mal social inevitável.

A nossa dependência das novas tecnologias está nos tornando potenciais vítimas deste sistema de dominação. Cada vez com mais intensidade, os valores sociais passam pela mediação da comunicação. Perdemos a nossa privacidade. A máquina controla o nosso tempo e nem percebemos. Todavia, a privacidade é um valor. Agora, creio que o problema central não seja como defender a privacidade do cidadão, mas educar o cidadão a reconhecer a privacidade como um valor.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Qual seria o papel da mídia na resistência a esse terrível novo conformismo? “Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle”¹⁸.

A prática do jornalismo que reconhece os seus limites éticos é a prática da cidadania; este é o papel que a imprensa tem, o compromisso com a sociedade. Precisamos encontrar mecanismos que permitam aos profissionais a convicção de que não se podem submeter ao controle, seja moral ou profissionalmente, como instrumentos do jornalismo a qualquer preço, da notícia a qualquer preço.

A liberdade de imprensa é direito inalienável do homem, mas deve ser exercida sob o primado do humanismo e da responsabilidade social. Impossível praticar o jornalismo moderno, no mundo de alta tecnologia e concorrência acirrada, sem uma boa dose de respeito ao Outro. Neste ponto, devemos nos apoiar em Foucault, quando reflete sobre os princípios de dominação.¹⁹

“Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou ao perdão. Pode então acontecer que o crime constitua um instrumento político que seja tão importante para a libertação de nossa sociedade quanto foi para a emancipação dos negros... combate bem diferente.”²⁰

Os elementos próximos tendem a ser percebidos juntos: se juntarmos aos delinquentes somente a imagem da destruição e não apresentarmos os princípios de exclusão social de que são vítimas, serão sempre identificados como sinal de temor para a sociedade. “Se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo e dos fenômenos do desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias. Acreditamos que os interesses sempre se encontram e se dispõem onde o desejo lhes predetermina o lugar”²¹

Fazemos associação direta do delinquentes com risco para a nossa integridade. Sob esta afirmação, apresentamos uma preocupação clara com os processos utilizados na construção da realidade sobre esta “categoria” social em nosso meio. O tema é de tal abrangência, que em nossa

¹⁸ DELEUZE, GILLES. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, página 217

¹⁹ FOUCAULT, MICHEL. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo, 1992, p. 19 a 92

²⁰ FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 1987, página 254



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

explicação ficamos ainda a nos dever respostas sobre os processos de manipulação aí aplicados sem a reflexão do profissional que atua no meio.

Baseando-nos nas microestruturas de poder apresentadas por Foucault é que desenvolvemos com profundidade um estudo sobre os mecanismos utilizados para articular este controle social, transformando os delinquentes em verdadeiros monstros a serem exterminados da convivência social ²².

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1988. (NBR 10520)

²¹ GUATARI, FÉLIX. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, página 29

²² **Conforme dissertação de mestrado defendida em 2000 na UFRJ.**



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- _____. **Apresentação de Livros.** . Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1993.
 (NBR 6029)
- _____. **Apresentação de Relatórios Técnico-científicos.** Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1989 (NBR 10719)
- _____. **Referências Bibliográficas.** Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1989.
 (NBR 6023)
- _____. **Resumos.** Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1989 a. (NBR 68)
- _____. **Sumário.** Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 1989 b. (NBR 6027)
- _____. **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** Paraná: Editora UFPR, 1996. V.2:
 Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos.
- _____. **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** Paraná: Editora UFPR, 1996. V.6:
 Referências Bibliográficas.
- _____. **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.** Paraná: Editora UFPR, 1996. V.7:
 Citações e Notas de Rodapé.
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos.** 2ª.ed., São Paulo, Perspectiva, 1989.
- _____. **Simulacros e Simulação.** Lisboa, Relógio D'Água, 1981. DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____. **Lógica do Sentido.** São Paulo, Perspectiva, 1974.
- _____. **Conversações.** Rio de Janeiro, Editora 34, 1992
- DINES, Alberto. *Sensacionalismo na Imprensa. In: MARQUES DE MELO, José (org.).
 Jornalismo Sensacionalista. São Paulo, Comunicações e Artes. Escola de Comunicações e Artes, USP, p. 13-21, 1972.*
- FLEUR, Melvin L. de. **Teorias da comunicação de Massa.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1995
- _____. **As Palavras e as Coisas.** 6ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1992
- _____. **Microfísica do Poder.** 11ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1995
- _____. **Vigiar e Punir.** 15ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
 XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

_____. *A Ordem do Discurso*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1996

GIL, José. *Monstros*. Lisboa, Quetzal Editores, 1994

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e Poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 10ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

_____. **Comunicação e Controle Social**. 2ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

MARQUES DE MELLO, José. **Jornalismo Sensacionalista**. São Paulo, Comunicações e Artes. Escola de Comunicações e Artes, USP, 1972.

METZ, Christian et al. **A Análise das Imagens**. (tradução de Luiz Costa Lima e Priscila Viana de Siqueira). Petrópolis, Vozes, 1974

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Genealogia da Moral**. São Paulo, Brasiliense, 1987

SODRÉ, Muniz Antônio. **Reinventando a Cultura**, Petrópolis, Vozes, 1996.

TUCHERMAN, Ieda. **Comunicação e Cultura: o Percorso do Outro**. Conferência proferida na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, em 23 de abril de 1997

VAZ, Paulo. **Globalização e Experiência do Tempo**. (cópia xerográfica- sem referências)

_____. O Corpo-propriedade. In: FAUSTO NETO, A . PINTO, Milton J. **Mídia e Cultura**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1997